

Planalto segura leis e viola Carta

Com as antenas mais voltadas para a campanha presidencial do que para os anseios da população, os parlamentares se dizem dispostos à examinar as medidas propostas pelo Executivo, seja para aprovar ou rejeitar. "A preocupação maior é com o futuro governo", explica o deputado José Serra. "Como o próximo presidente vai ser eleito pelo povo, também terá mais poderes", acrescenta Arnaldo Faria de Sá, líder do PRN na Câmara. Mas o governo não parece ter a mesma disposição de ajeitar a casa para seu sucessor.

O Código de Ética do Consumidor, a Lei Orgânica de Saúde e a comissão dos heróis da Força Expedicionária Brasileira são apenas alguns exemplos de leis que deveriam ter sido enviadas ao Congresso até abril, de acordo com o prazo constitucional, e que ainda não apareceram.

"Nós chegamos a ameaçar um **impeachment** porque o governo não cumpria a Constituição", comenta o deputado Geraldo Alckmin (PSDB). Sob essa ameaça, o líder do governo, Luís Roberto Ponte, deixou seu gabinete no Congresso, atravessou a rua e entrou no Palácio da Alvorada. O esforço foi inútil. Graças à boa vontade dos funcionários do Ministério da Saúde, a comissão responsável pelo setor conseguiu preparar um projeto de Lei Orgânica.

"O governo está frágil", afirma o deputado Cid Carvalho (PMDB). "E nós estamos numa fase de grandes batalhas e esperanças esmaecidas", ressalta. Uma fase que pode chegar até 15 de setembro. "Aí começa a reta final da campanha", lembra o deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN).